
Capitalismo, crise e educação

Capitalism, crisis and education

Capitalismo, crisis y educación

Silva, Michel Goulart da¹ (Blumenau, SC, Brasil)
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3281-3124>
Velho, Ricardo Scopel² (Rio do Sul, SC, Brasil)
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9868-0099>

Resumo

Este artigo tem por objetivo problematizar o atual momento do capitalismo brasileiro e a consequente centralização do mercado da educação. Discute-se, brevemente, o conceito de forma social do capital no mercado mundial e questiona-se a atualidade da categoria de dependência aplicada aos chamados países periféricos. Demonstra-se a crescente centralização educacional em algumas megacorporações empresariais. Tal descrição tem por finalidade a tentativa de apreender o movimento de expansão da relação especificamente capitalista para amplos setores da economia de mercado. Assim, deixando em evidente anacronismo a clássica divisão entre nações na geopolítica mundial, passando a ser mais adequado apreender o real por meio da análise dessas corporações. Aponta-se, por fim, a necessidade de uma radical iniciativa de pesquisa teórica capaz de fornecer explicações unitárias e coerentes com a realidade econômica, política, social e educacional às organizações da classe trabalhadora, pois só em poder dessa compreensão acertada será possível saímos da catastrófica derrota em que nos encontramos.

Palavras-chave: Crise. Mercado. Educação.

Abstract

This article aims to problematize the current moment of Brazilian capitalism and the consequent centralization of the education market. The concept of the social form of capital in the world market is briefly discussed and the current category of dependence applied to the so-called peripheral countries is questioned. There is a growing educational centralization in some corporate megacorporations. This description has the purpose of trying to apprehend the movement of expansion of the specifically capitalist relationship to broad sectors of the market economy. Thus, leaving the classic division between nations in global geopolitics in evident anachronism, becoming more appropriate to apprehend the real through the analysis of these corporations. Finally, the need for a radical theoretical research initiative capable of providing unitary and coherent explanations with the economic, political, social and educational reality to working class organizations is pointed out, because only in the power of this correct understanding will it be possible to leave the catastrophic defeat in which we find ourselves.

Keywords: Crisis. Marketplace. Education.

¹ Realiza pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Técnico em assuntos educacionais no Instituto Federal Catarinense (IFC), Blumenau, Santa Catarina, Brasil. E-mail: michelgsilva@yahoo.com.br

² Realiza pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Educação pela UFSC. Professor no Instituto Federal Catarinense (IFC), Rio do Sul, Santa Catarina, Brasil. E-mail: ricardovelho@yahoo.com.br

Resumen

Este artículo tiene como objetivo problematizar el momento actual del capitalismo brasileño y la consiguiente centralización del mercado educativo. Se discute brevemente el concepto de forma social del capital en el mercado mundial y se cuestiona la categoría actual de dependencia aplicada a los llamados países periféricos. Hay una creciente centralización educativa en algunas megacorporaciones corporativas. Esta descripción tiene el propósito de intentar aprehender el movimiento de expansión de la relación específicamente capitalista hacia amplios sectores de la economía de mercado. Así, dejando la clásica división entre naciones en la geopolítica global en un evidente anacronismo, resulta más apropiado aprehender lo real a través del análisis de estas corporaciones. Finalmente, señala la necesidad de una iniciativa de investigación teórica radical capaz de brindar explicaciones unitarias y coherentes con la realidad económica, política, social y educativa a las organizaciones de la clase trabajadora, porque solo en el poder de esta correcta comprensión será posible salir la catastrófica derrota en la que nos encontramos.

Palavras-Chave: Crisis. Mercado. Educación.

Introdução

O estudo sobre a relação entre capitalismo e educação permite reflexões importantes tanto acerca da forma social do capital como do método a ser utilizado para analisá-la. Um elemento central passa por problematizar conceitos e ideias comuns aos estudos sobre a relação entre a base material mercantil e a sua expressão na educação. Disso nasce a importância de analisar o movimento contraditório entre os aspectos econômicos, históricos, sociais e educacionais, o que, no caso de países como o Brasil, deve levar em conta também sua relação de dominação em relação ao imperialismo.

Neste artigo discute-se, brevemente, a relação entre capitalismo brasileiro e sua relação com a educação. Procura-se mostrar como as políticas estatais estão circunscritas às relações sociais de produção, sendo funcionais a esse sistema. Procura-se, ademais, discutir os aspectos mais recentes que se relacionam à pandemia da Covid-19 que coincide com uma crise cíclica e periódica capitalista.

O movimento do capital

A apreensão do movimento do capital é o primeiro passo para se localizar o papel da educação no seu interior. É de conhecimento comum a fórmula geral do capital, expressa por Karl Marx em seu livro *O Capital* (2017), como $D - M_p/F_t - M - M' - D'$. Em tal fórmula estão sintetizados os diferentes ciclos do capital, primeiro como capital-mercadoria, depois como capital-produtivo e, por fim, como capital-dinheiro. As rotações das formas do capital são esmiuçadas por Marx, no livro II da obra antes mencionada, para explicar o movimento da forma social do capital, não apenas em sua determinação mais simples, como mercadoria, dissecada pelo autor no capítulo I.

Em nosso entendimento, a compreensão do movimento de uma forma a outra é de fundamental importância para a produção do conhecimento das ciências contemporaneamente, pois é o balanço pendular dos ciclos, advindos da forma capital, que explica o momento atual do capitalismo no Brasil.

Durante muito tempo no país, tomou-se por definitiva a elaboração explicativa de que o capitalismo brasileiro é atrasado, periférico ou dependente.³ No entanto, parte-se de outro entendimento nesse artigo, no qual o capitalismo brasileiro está plenamente desenvolvido e associado às cadeias globais de valor. Isso significa uma rotação de perspectiva no que se refere à localização do Brasil na divisão internacional do trabalho. Como argumento explicativo da formação social particular que é o Brasil, cabem conceitos que descrevam e analisem a economia, a sociedade e a cultura a partir do modo de produção capitalista como um mercado mundial.⁴ As diferentes velocidades em que as relações capitalistas se expandiram durante o século XX atingiram outro patamar com as crises econômicas de 1998 e, principalmente, com a de 2008, como demonstram fartamente os dados empíricos.⁵

Parte-se aqui da premissa de que toda a crise econômica no capitalismo é o final de um ciclo e a plataforma material para a expansão de um novo ciclo.⁶ Ou seja, cada crise cíclica carrega em si a contradição e a solução dessa contradição no interior do próprio ser do capital. Portanto, a cada crise o sistema sai fortalecido em sua insaciável e incessante necessidade de acumulação de valor, deixando atrás de si um rastro de destruição de forças produtivas que impediam o aumento das taxas de lucro. Lembre-se que a força de trabalho é uma das mais atingidas nessa queima de capital nas saídas de crise.

A principal implicação desse entendimento é o fim da ilusão de que a crise leva automaticamente a revoltas e revoluções sociais. Empiricamente vemos o contrário disso, ou seja, as crises têm levado, quando muito, a explosões sociais que, a despeito da presença massiva de trabalhadores, têm sido levadas a saídas institucionais, especialmente por meio de eleições. A classe trabalhadora, em momentos de crise, é jogada na selva da sobrevivência individual, cada vez mais acirrada, o que cria uma mentalidade comum do salve-se-quem-puder. Em obra

³ A temática da teoria da dependência é esboçada e mapeada na obra de Prado e Castelo (2013).

⁴ Talvez Francisco de Oliveira tenha sido o teórico que mais se aproxima dessa hipótese.

⁵ Cf. Martins, 2009.

⁶ Para uma discussão teórica acerca das crises do capital, Cf. Shaikh (1983) e Martins (2009).

clássica, Engels (2008, p. 117) chama a atenção para a concorrência como “a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa”, que “não se trava apenas entre as diferentes classes da sociedade, mas também entre os diferentes membros dessas classes”, ou seja, “os operários concorrem entre si tal como os burgueses”.

No século XX o Brasil passou por inúmeros momentos de ascendência na escada das relações capitalistas de produção. Até a II Guerra Mundial o país não passava de um grande território fornecedor de matérias-primas para a indústria mundial. Entre os pós-guerra e o golpe de 1964 o país adequou-se às exigências para a implantação de grande parte do parque industrial para uma economia de mercado. Posteriormente à abertura democrática, a qual foi concomitante com transformações econômicas promovidas pela crise capitalista que tem como marco simbólico o ano de 1973, a indústria brasileira já estava acoplada ao mercado mundial. As décadas de 1990 e o início do século XXI demonstraram como a economia brasileira girou no mesmo rodopio do assim chamado centro do sistema.

Dessa perspectiva não cabe mais atribuir categorias de periferia ou de centro a um sistema que está completamente interdependente, seja a China dos EUA, seja a Rússia da Argentina, seja a Bolívia da França. As grandes corporações já são as definidoras dos grandes momentos da história mundial, deixando aos Estados nacionais apenas a parte institucional e formal na assinatura dos acordos de cooperação técnica, científica, econômica e social. E mesmo esse papel de “nação” reguladora está em xeque, pois, durante a pandemia, vários outros blocos econômicos foram mais eficientes, do ponto de vista corporativo, em dar respostas produtivas aos mercados de insumos, vacinas, máscaras etc.

Contudo, algumas compreensões sobre a transição do Brasil no interior do capitalismo exigem atenção. Um dos maiores pesquisadores da situação do mercado de trabalho afirma que:

Nos países com processo de desindustrialização madura, a diminuição relativa da participação da manufatura no ciclo produtivo transcorreu após a totalidade da população ter sido incluída no padrão de consumo da sociedade urbana e industrial, coincidindo com a maior expansão do setor terciário na economia. Nesse sentido, os serviços mais dinâmicos tenderam a ser aqueles vinculados à produção e logística, entre outros, mais associados ao emprego de mão de obra com maior requisito de formação e remuneração (POCHMANN, 2020, p. 43).

O entendimento de Pochmann choca-se frontalmente com nossa compreensão. Isso se deve a divisão econômica que o autor pressupõe em sua análise, a qual compreende como indústria apenas as formas manufatureiras de trabalho. Ao invés disso, afirma-se que a indústria, a partir de Marx, é considerada a relação especificamente capitalista, onde existe a compra e venda da força de trabalho e seu consumo produtivo de capital, independentemente da forma concreta que esse trabalho assuma.⁷ Assim, a relação especificamente capitalista pode estar presente nos chamados setores primário, secundário ou terciário, de acordo com a terminologia da economia liberal. Aqui, entende-se industrial o trabalho produtivo de mais-valor e, portanto, de capital. Assim entendido, o papel do mercado mundial na definição da produtividade de uma economia com contornos nacionais toma outro rumo. Não se trata mais de uma relação entre nações, mas sim entre classes, em âmbito mundial. O papel dos Estados nacionais é reconfigurado e refuncionalizado pelos interesses do capital.

Seguindo a compreensão de indústria em Marx, da maneira sintetizada acima, entende-se que o Brasil não passa por uma desindustrialização, mas por uma elevada ampliação do trabalho industrial capitalista, apesar das formas aparentes que possa assumir o processo de exploração do trabalho. Devido ao ciclo posterior à crise de 2008, o qual exigiu um vultuoso incremento dos Estados nacionais para salvar as corporações, a força de trabalho foi vítima da desregulamentação desenfreada de diversos direitos conquistados em outros ciclos. Isso ocorreu não só no Brasil, mas em escala mundial, como percebido pelas lutas de classes nas ruas da Grécia, da França e, mais recentemente, dos EUA.

As lutas de classes em vários desses países demonstra como os movimentos políticos necessários para destruir legislações que regulavam a jornada de trabalho, o seguro-desemprego, a renda mínima e a lógica educacional se tornaram reacionários. Por outro lado, ressurgem as propostas políticas “progressistas” baseadas em fundamentos teóricos equivocados, centradas no fortalecimento do Estado burguês, levando as organizações de trabalhadores a derrotas ainda mais profundas, como parece ser no Brasil.

⁷ Livro I Cap XIII, A Maquinaria e a grande indústria.

Educação e ciclos no Brasil

Coerentemente a essa linha de raciocínio postula-se que a educação acompanha tais flutuações dos ciclos do capitalismo, na expansão, na crise e na nova expansão. E, dessa maneira, a indústria da educação passa, no momento da pandemia, por uma profunda capitalização. Deve-se entender como a educação se relaciona com o processo de produção e reprodução do capital, de tal forma a mostrar as contradições do sistema econômico. Parte-se da compreensão de que,

por serem inerentes as contradições próprias do *modo de produção* capitalista, o Estado e o político – portanto, as esferas pública e privada – estão sempre relacionados ao movimento social de produção e reprodução das condições de existência do capitalismo, que, dada sua contradição interna, é sempre um movimento de expansão de naturezas diversas (SGUISSARDI & SILVA JR, 2001, p. 96).

Concretamente, as políticas públicas para a educação – e em outras áreas – respondem aos interesses do capital. Nesse sentido, as ações do Estado se dão no sentido dos interesses da burguesia. Portanto, é o capital em movimento que determina as políticas estatais nas conjunturas específicas. Nesse sentido, na atual conjuntura,

no Brasil, e em diversos outros países, está em curso um movimento de extrema-direita que almeja ressignificar a ciência como “ficção verbal”, apagando a busca do conhecimento aproximado do real e, por isso, instaurando um terreno propício ao irracionalismo e ao antissecularismo, situações que, historicamente, aninharam o ovo da serpente do fascismo (LEHER, 2020, p. 23).

Qual dinâmica poderá ter esse movimento reacionário ainda é uma questão em aberto, mesmo que tenha aumentado sua representação parlamentar em 2018. Nas disputas de grupos dentro do atual governo federal alguns “novos” conservadores vem perdendo espaço para os setores organicamente vinculados ao capital financeiro e para lideranças e parlamentares dos partidos tradicionais direita. Além disso, sua tentativa de criar uma legenda eleitoral se mostrou infrutífera, tendo que se contentar com buscar espaços dentro de outros partidos.⁸

Essas variações da relação entre capital e educação são visíveis em diferentes momentos da história. Foi assim, por exemplo, com a implantação de políticas voltadas para a educação profissional no Brasil. Em um momento de

⁸ Referindo-se às manifestações de fascismo na América Latina, Florestan Fernandes (2015, p. 35) apontava que “ele pressupõe mais uma exacerbação do uso autoritário e totalitário da luta de classes, da opressão social e da depressão política pelo Estado, do que doutrinação de massa e movimentos de massa”.

expansão industrial, a burguesia necessitou de força de trabalho que tivesse certas características. Com isso, “como a maioria dos contingentes trabalhadores não tinha formação específica, e o sistema educacional não conseguia atender em larga escala, o Governo recorreu à institucionalização de agências profissionalizantes, em paralelo ao sistema oficial” (BATISTA & GOMES, 2011, p. 237-8). No entanto, a criação do “sistema S”, voltado à educação profissional, que “teve o intuito de capacitar, de forma rápida, um número maior de pessoas para os setores de produção imediatos”, não pretendia “amenizar os problemas educacionais do país” (BATISTA & GOMES, 2011, p. 238).

Na época do imperialismo, diante do avanço do capital em todas as áreas, o Estado vem se esforçando para direcionar recursos ao setor privado, como na política de terceirizações e das OSs. Desde a década de 1990,

ocorreu uma profunda transformação na esfera da formação-qualificação profissional, pois no âmbito das empresas tornou-se imperativo – segundo a lógica da acumulação flexível – a exigência de um novo perfil de força de trabalho. Por outro lado, e como parte dessa mesma dinâmica reestruturante, ocorreu um deslocamento do conceito de qualificação para o das competências, que se transformou numa ideologia orgânica do capital (BATISTA, 2011, p. 15).

Essas ações se deram num contexto de ampliação da precarização do trabalho e do uso cada vez mais comum de ideologias sobre empreendedorismo e outras formas de saídas individuais. Como parte disso,

a educação profissional, a qualificação, capacitação ou adestramento aparecem como se fossem remédios para os mais diferentes sintomas do mal-estar que permeia a sociabilidade contemporânea tais como o desemprego, a pobreza e a exclusão, através do desenvolvimento de habilidades necessárias para moldar o trabalhador flexível e adaptável (BATISTA, 2011, p. 19).

Sem levar em conta essas questões pode-se cair em armadilhas, como as denúncias do processo de privatização, que, a despeito de seus riscos concretos, expressa uma leitura simplória da questão. Em sua maioria o conjunto de políticas públicas tem buscado não repassar o controle dos serviços estatais para o setor privado, mantendo-os vinculados ao Estado, mas geridos pela iniciativa privada. Segundo Freitas (2018), remetendo-se à educação,

a modalidade de privatização por terceirização de escolas tem sido diferenciada dos processos de privatização e acabou sendo incorporada por social-democratas (de direita e de esquerda), por exemplo, assumindo a

concepção de que “publicizar” a educação estatal, à moda “não estatal”, não seria privatizar.

Essas políticas ganharam maior peso nos governos FHC, na década de 1990, e continuaram a ser aplicadas nos governos de Lula e de Dilma. Segundo os defensores dessa formulação,

como na “publicização” a escola é “concedida à gestão privada” (usualmente a organizações sociais sem fins lucrativos), mas continua sendo do Estado, não ocorrendo sua alienação física a terceiros, ou seja, sem que haja venda do patrimônio, então não haveria, também, segundo eles, privatização (FREITAS, 2018, p. 50).

Com isso o Estado se compromete a dispor de recursos públicos para o setor privado, fortalecendo segmentos empresariais como aqueles ligados ao movimento Todos Pela Educação. Assim, o caráter público da educação é enfraquecido, sendo preciso ter em mente que “a destruição do sistema público se dá paulatinamente pela introdução dos objetivos e processos das organizações empresariais no interior das instituições públicas” (FREITAS, 2018, p. 55).

Mercado da educação no contexto da pandemia

Com a pandemia instalada em 2020, as escolas foram fechadas e os estudantes ficaram em casa. Grande parte das escolas optou, mais cedo ou mais tarde, pela adoção de atividades de ensino remotas, com envio de atividades e aulas por meios eletrônicos. Tal situação reconfigurou por completo a relação educacional vivenciadas pela imensa maioria dos estudantes e professores.

A mediação dessas atividades, sejam as aulas, sejam as atividades pedagógicas, precisou de plataformas digitais para se realizar. Por esses motivos, somados ao alto grau de inadimplemento nos pagamentos de mensalidades, está em curso uma reestruturação do mercado privado de educação no país. Isso se dá no exato momento de ápice da crise sistêmica, portanto, acelera potencialmente o movimento de centralização e concentração de capital na indústria educacional.

Alguns dados são ilustrativos. Para Pujol (2020),

O que mais chama atenção, até aqui, é o **alto volume de aquisições**. “Devido à pandemia, e por aversão ao risco, muitos mantenedores aceleraram os M&As”, afirma Bruno Weiblen, diretor geral da Rocket.Chat, com mais de 15 anos de experiência na área educacional.

Essas fusões e aquisições estão ocorrendo num momento em que o mercado educacional, principalmente no ensino superior, está desaquecido. Ao mesmo tempo, as grandes empresas, nacionais e internacionais, operam com grandes quantidades de ativos para arrematar pequenas ou médias faculdades no interior do país. Acompanhe:

A compra mais recente foi do grupo **Ser Educacional**, que por meio de sua subsidiária Cenesup **arrematou a Facimed**, a Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (RO). A transação será de R\$ 100 milhões na celebração do contrato, e mais quatro parcelas anuais de R\$ 12,5 milhões – pagas a partir de 2022 (PUJOL, 2020).

Há aqui uma observação a fazer: a área de saúde está no foco de algumas dessas aquisições. Indicamos como hipótese o alto custo de manutenção das escolas médicas e, por outro lado, a demanda futura por profissionais dessa área para emprego imediato no cenário pós-pandemia. O analista continua sua exposição de dados:

Já a **Ânima** anunciou a aquisição de 50,01% do capital social da sociedade dona do **UniFG**, o Centro Universitário FG, por R\$ 57,5 milhões. O acordo, celebrado em julho, prevê uma opção de compra futura da participação minoritária que ainda resta. Localizada em Guanambi (BA), a instituição de ensino superior tem um portfólio de 25 cursos de graduação em áreas como Saúde, Direito e Engenharia (PUJOL, 2020).

Mais uma compra de faculdades quem tem no seu portfólio os cursos de saúde.

Outra que saiu às compras foi a **Yduqs** (ex-Estácio). Em junho, a companhia anunciou a intenção de adquirir o **Grupo Athenas**. A aquisição foi aprovada pelo Cade em julho. (Pujol, 2020).

Em 13 de setembro, a Ser Educacional anunciou a compra da Laureate no Brasil por cerca de R\$ 4 bilhões. No dia seguinte, a Yduqs informou que pode cobrir a proposta da Ser. O negócio deve ser fechado até 13 de outubro (PUJOL, 2020).

Ao que tudo indica existe uma corrida pela liderança do mercado educacional no Brasil. A capacidade de expansão dessas empresas é enorme, principalmente se forem confirmados os incentivos via política pública. É o caso do projeto de lei para atuar no cenário de inadimplência.

Mas nem todo mundo consegue se dar bem na crise – comprando, vendendo ativos ou levantado capital. Com **crescimento da inadimplência**, da evasão e dos excessos de desconto nas atuais mensalidades, a sustentabilidade de muitas faculdades e universidades está em risco no Brasil. Numa previsão feita em maio, o Semesp chegou a afirmar que 30% das IES poderiam ir à falência. A pedido de representantes das instituições de ensino básico e

superior privadas, começou a tramitar no Senado o Projeto de Lei 4.021/2020 que prevê uma ajuda estimada em R\$ 40 bilhões para setor (PUJOL, 2020).

A confirmação das ações estatais de incentivo ao mercado educacional depende do mundo da disputa política pelo fundo público em Brasília. Bem sabe-se que as iniciativas de apoio a diferentes segmentos empresariais têm distintos graus de apoio dentro do Congresso Nacional. Por essa razão, algumas dessas propostas de lei serão arquivadas e outras devem prosseguir, a depender do grau de lobby feito pelas empresas de educação.

Outra iniciativa é criação de *voucher* para os estudantes, como ocorrem em outros países. Pujol (2020) afirma:

Segundo a Agência Senado, entre as medidas está a criação de um “voucher educação” para que famílias paguem mensalidades atrasadas e desonera a folha de pagamentos de instituições que ampliem o número de vagas disponíveis no Programa Universidade para Todos (Prouni). O projeto também possibilita o estudante a utilizar o saldo de sua conta no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para pagar mensalidades.

Sobre os vouchers, cabe destacar sua ligação com o processo de avanço do setor privado sobre a educação. Precisa ter em mente, nesse sentido, que

a terceirização de escolas para a iniciativa privada com ou sem fins lucrativos é um mecanismo que permite a criação de um mercado inicial que no futuro passa a ser objeto dos *vouchers*. Ela é um mecanismo de rompimento do monopólio estatal e facilitador da constituição de um livre mercado educacional. Como já dissemos anteriormente, constituído o mercado, tanto faz se o Estado paga diretamente às escolas terceirizadas ou se os pais levam diretamente em *vouchers* eles mesmos o dinheiro para a escola (p. 78).

Um último dado, além das fusões e aquisições, também há uma comoditização desse mercado, ou seja, estão se transformando em ativos financeiros as mercadorias educacionais. É uma antecipação dos desdobramentos do mercado, ou seja, quem sair na frente dessa corrida tem grandes chances de se fixar na liderança, como ocorreu em outros segmentos econômicos nessa pandemia. É o caso que Pujol (2020) descreve:

A **Uniasselvi** também pretender levantar capital na bolsa, só que no exterior. A empresa, especializada em educação a distância, ainda não decidiu entre a Nasdaq e a NYSE. A ideia, segundo o Brazil Journal, é registrar em setembro uma oferta de ações entre US\$ 400 milhões e US\$ 500 milhões (PUJOL, 2020).

Some-se a Uniasselvi outras megaempresas do segmento, como o Grupo Ser Educacional.

A Ser possui uma estrutura mais enxuta que os pares de capital aberto no mercado, com posição forte e base crescente de alunos no Ensino à Distância (EAD). Os ativos incluem cursos como Medicina, com ticket médio mais elevado, fortes nas duas principais universidades dentro dos ativos da Laureate, Anhembi Morumbi e FMU, ampliando a base de alunos na categoria de Saúde, que já representa 52% da base da Ser. A entrada em São Paulo, o maior mercado educacional do país, que deve ter uma recuperação econômica mais acelerada que outras regiões” afirmou relatório da Levante Investimentos (FAT, 2020).

Percebe-se que, além das aquisições no interior do país, a disputa é dirigida ao maior mercado, em São Paulo. Quem controlar o segmento tem maiores chances de disputar o “filé mignon” do jantar. E a corrida gera expectativas, vejam:

A disputa pelo controle da Laureate impulsiona as empresas envolvidas na negociação. Nesta segunda, as ações da Ser educacional operam com alta superior a 10%, enquanto a Yduqs tem valorização de 8,5% na Bolsa de São Paulo (FAT, 2020).

Com essas breves notas, acredita-se ter demonstrado que o mercado educacional brasileiro está em plena disputa de posições, com uma guerra comercial pela liderança do segmento. Isso significa que a conjuntura econômica, no que tange ao segmento, é ainda instável, com iniciativas governamentais de apoio sendo discutidas no Congresso Nacional e com as posições das megaempresas sendo frequentemente alteradas.

Cabe acrescentar uma reflexão sobre as conjecturas do mercado. Se a corrida hoje está centrada nas vagas do ensino superior, como se dará essa verticalização da disputa de mercado? Chama-se de verticalização a disputa pelas escolas de educação básica no Brasil. Sabe-se que a imensa maioria dos estudantes de ensino fundamental e médio estão na escola pública. No entanto, ocorreram mudanças legais durante a pandemia que autorizam o funcionamento de maneira remota também desse nível de ensino. Estaria aí a nova área de caça das empresas educacionais? Ocorrerá uma corrida pela compra e pela comoditização das escolas de educação básica no país? São questões que num futuro não muito distante teremos condições de conhecer.

Considerações finais

Os argumentos elencados nesse breve ensaio demonstram que a forma social capitalista se expande para além dos clássicos termos fabris. Hoje, cada serviço oferecido presencial ou remotamente é uma relação de valorização do valor. Entender

a dinâmica da acumulação sob essa ótica altera as análises e, principalmente, as formulações estratégicas derivadas daí. Se os Estados nacionais perdem força diante das megacorporações, qualquer proposta reformista de disputa por dentro da ordem já nasce derrotada. A ilusão do controle do capital e suas crises por ações de governos não se sustenta historicamente após a crise de 1973.

Considerando os elementos antes apontados, mostra-se bastante inocente a ideia de que o problema pode ser resolvido com um mero aumento de orçamento ou nos limites da luta sindical. Deve-se considerar que

as dinâmicas da luta de classes, outro elemento permanente e incontornável da ordem capitalista, incidem na forma do Estado, mas não em seu caráter, de forma que a “permeabilidade” do Estado às demandas da classe trabalhadora constitui um meio político de legitimação que, embora possa pontualmente atender às exigências dos trabalhadores, encontra seus limites nas fronteiras de uma ordem de relações sociais, formas de produção e de apropriação que, em nenhum momento, são colocados em disputa (IASI, 2017, p. 223-4).

Nesse sentido, não é possível pensar numa transformação social por meio da educação ou mesmo em uma educação crítica dentro da sociedade capitalista. O cenário da pandemia mostrou que, para a burguesia, a morte de milhões de pessoas é encarada como um mercado de oportunidades para a manutenção de seus lucros. Para que se encaminhe a uma transformação na educação, é primordial a superação das relações capitalistas de produção, derrubando o Estado que sustenta essa sociedade.

Por fim, para uma discussão em patamar compatível com a exigência da realidade, é urgente uma ampla revisita aos conceitos teórico explicativos sobre a forma social do capital, as crises cíclicas e a sua relação com a educação. Só no seio de tal discussão poderemos superar as ilusões, as insuficiências e os equívocos que levaram os trabalhadores a maior derrota de todos os tempos.

Referências Bibliográficas

BATISTA, Eraldo Leme; GOMES, Helica Silva Carmo. A Educação Profissional no Brasil: algumas notas sobre os anos 1930 e 1940. In: BATISTA, Eraldo Leme; GOMES, Helica Silva Carmo. (Org.). **Trabalho, Educação e Reprodução Social: as contradições do capital no século XXI**. Bauru: Canal 6, 2011, p. 229-246.

BATISTA, Roberto Leme. A reestruturação produtiva e a nova ideologia da nova educação profissional: adaptação e competências, In: BATISTA, Eraldo Leme;

GOMES, Helica Silva Carmo. (Org.). **Trabalho, Educação e Reprodução Social: as contradições do capital no século XXI**. Bauru: Canal 6, 2011, p. 13-41.

CASTELO, Rodrigo. Subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução: Florestan Fernandes e a crítica da economia política desenvolvimentista. In: MALTA, Maria Mello de (coord.). **Ecoss do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA; Centro Celso Furtado, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FAT, 2020. <https://fundacaofat.org.br/disputa-por-universidades-pode-gerar- apenas-3-grandes-grupos-educacionais-no-pais/> consultado em 16 de outubro de 2020.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

IASI, Mauro Luis. **Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP - Instituto Caio Prado Junior, 2017

LEHER, Roberto. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** Atualidade de uma obra fundamental. In: FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARTINS, José Antônio. **Anotações acerca da dinâmica dos ciclos econômicos e crises capitalistas nos primeiros anos do século 21**. Mimeo, 2009. Disponível em: criticadaeconomia.com.br, consultado em 22 de fevereiro de 2021.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 2ª Ed. São Paulo, Boitempo, 2017.

POCHMANN, Marcio. Estremecimento do trabalho no Brasil. **Revista Labor**, v. 1, n. 23, p. 35-54, 2020.

PRADO, Fernando Correa; CASTELO, Rodrigo. O início do fim? Notas sobre a teoria da dependência do Brasil contemporâneo. **Revista Pensata**, V.3 N.1. 2013.

PUJOL, <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/crise-acelera-aquisicoes-ensino-superior/> consultado em 16 de outubro de 2020.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JR, João Reis. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção**. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: USF, 2001.

SHAIKH, Anwar. Uma introdução à história das teorias de crise. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 4(1):5-45, 1983.

Michel Goulart da Silva

Blumenau, Santa Catarina, Brasil

Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal Catarinense (IFC). Possui graduação e mestrado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Contemporâneo, atuando principalmente nos seguintes temas: ditadura no Brasil, modernização, marxismo e cultura política.

E-mail: michelgsilva@yahoo.com.br

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8260725539562633>

Ricardo Scopel Velho

Rio do Sul, Santa Catarina, Brasil

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Sociologia Política. Graduado em Ciências Sociais, na UFSC. Vice-líder do Grupo de Estudos em Atualidades (GEA), no IFC. Participante do Grupo de estudos capital, trabalho e educação (GECATE). Professor no Instituto Federal Catarinense, campus de Rio do Sul. Tem atuação na área de sociologia crítica, com ênfase nos seguintes temas: formação social brasileira, economia política e trabalho/educação.

E-mail: ricardovelho@yahoo.com.br

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7218039580141052>

Recebimento: 25/02/2021

Aprovação: 22/04/2021



Q.Code

Editores-Responsáveis

Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto, Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará, Brasil

Dr. Sebastien Pesce, Universidade de Orléans, França